

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SAÚDE MENTAL DOCENTE: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DE AMBIENTES ESCOLARES SUSTENTÁVEIS

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.057-015>

Thamiris Chiarelli Ramos Pereira

Licenciatura em Pedagogia
Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências Naturais
UNIUBE, UFES
São Gabriel da Palha - Espírito Santo
E-mail: thamirischiarelli@edu.uniube.br
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7956-6587>

Leonardo Pereira Cavalcante

Graduação em Pedagogia – UVA-CE
Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Matemática sob uma Perspectiva Transdisciplinar – IFRN
Mestrando em Linguística e Ensino – UFPB
E-mail: cavalcantepedagogo@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1634833729913287>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1483-298X>

Carlos José Sabino Nascimento

Mestrado em Engenharia de Software
UFERSA
João Pessoa - PB
E-mail: carlos.j.s.nascimento77@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5811-3687>

Nielly Colodette Soares

Mestrado em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2026), pós-graduação especialização em Educação Rural pela Universidade Federal do Espírito Santo (2024) e pós-graduação especialização em Português e Inglês pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia (2016). Possui graduação em Língua e Literatura Portuguesa e Inglesa pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia (2007) e graduação em Filosofia pela Universidade Metropolitana de Santos (2010)
Vila Valério - ES
E-mail: niellycolodette@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4581-8527>

Resumo

A educação inclusiva constitui um princípio fundamental das políticas educacionais contemporâneas ao promover o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes em ambientes escolares que respeitem a diversidade. Entretanto, a ampliação das práticas inclusivas tem sido acompanhada por novas exigências impostas aos professores, que frequentemente enfrentam sobrecarga de trabalho, demandas pedagógicas complexas e limitações estruturais capazes de comprometer sua saúde mental e seu

desempenho profissional. Este capítulo tem como objetivo analisar os desafios relacionados à saúde mental docente no contexto da educação inclusiva, bem como discutir estratégias voltadas à construção de ambientes escolares sustentáveis que conciliem inclusão, qualidade do ensino e valorização dos profissionais da educação. A pesquisa caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, desenvolvida a partir da análise de estudos científicos publicados em bases de dados nacionais e internacionais, além de documentos legais e normativos referentes à educação inclusiva e às políticas de valorização docente. Os resultados apontam que fatores como insuficiência de formação continuada, escassez de recursos pedagógicos, ausência de apoio multiprofissional e intensificação das demandas administrativas contribuem para o aumento do estresse ocupacional, da ansiedade e do esgotamento emocional entre os docentes. Conclui-se que a consolidação de ambientes escolares sustentáveis depende da articulação entre políticas públicas, investimentos institucionais, gestão escolar participativa e ações permanentes de promoção da saúde mental, fortalecendo tanto a inclusão escolar quanto a qualidade de vida e o desenvolvimento profissional dos professores.

Palavras-chave: Ambientes escolares sustentáveis; Educação inclusiva; Formação continuada; Saúde mental docente; Valorização docente.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem ocupado posição central nos debates sobre a qualidade da educação e a garantia do direito à aprendizagem, consolidando-se como um princípio orientador das políticas públicas educacionais nas últimas décadas. Fundamentada nos pressupostos da equidade, do respeito à diversidade e da participação de todos os estudantes, essa perspectiva busca assegurar que crianças, adolescentes e jovens tenham acesso a oportunidades educacionais em ambientes escolares que valorizem suas singularidades e promovam o desenvolvimento integral. No contexto brasileiro, esse compromisso é respaldado por dispositivos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que reforçam a responsabilidade do Estado e das instituições de ensino na construção de sistemas educacionais inclusivos.

Embora os avanços normativos tenham ampliado significativamente o acesso dos estudantes público-alvo da educação especial ao ensino regular, a efetivação da inclusão ainda enfrenta desafios relacionados às condições em que o trabalho docente é desenvolvido. A necessidade de planejar estratégias pedagógicas diversificadas, adaptar recursos didáticos, acompanhar diferentes ritmos de aprendizagem e promover práticas colaborativas exige dos professores competências cada vez mais amplas, frequentemente

sem que existam condições institucionais suficientes para atender a essas demandas. Esse cenário evidencia que a consolidação da educação inclusiva depende não apenas da garantia do acesso à escola, mas também da oferta de suporte adequado aos profissionais responsáveis pela implementação das políticas inclusivas.

Nesse sentido, Maria Teresa Eglér Mantoan (2015) destaca que a inclusão escolar representa uma transformação da cultura institucional e das práticas pedagógicas, ultrapassando a simples inserção do estudante com deficiência na sala de aula comum. Para a autora, a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva pressupõe mudanças estruturais, formação permanente dos educadores e reorganização dos processos educativos, permitindo que a diversidade seja compreendida como elemento constitutivo do ambiente escolar.

Paralelamente ao fortalecimento das políticas inclusivas, cresce a preocupação com a saúde mental dos professores. A ampliação das responsabilidades pedagógicas, associada à elevada carga de trabalho, às exigências burocráticas, à insuficiência de recursos e ao limitado apoio institucional, pode favorecer o desenvolvimento de estresse ocupacional, ansiedade, exaustão emocional e Síndrome de Burnout. Esses fatores comprometem não apenas o bem-estar dos docentes, mas também a qualidade das práticas pedagógicas e das relações estabelecidas no ambiente escolar, evidenciando a necessidade de compreender a saúde mental como componente essencial para a sustentabilidade da educação inclusiva.

De acordo com Michael Fullan (2007), reformas educacionais produzem resultados mais consistentes quando são acompanhadas de investimentos na valorização dos professores, na liderança colaborativa e no desenvolvimento profissional contínuo. De forma semelhante, Hargreaves e Fullan (2012) defendem que sistemas educacionais sustentáveis dependem da construção de um capital profissional capaz de fortalecer o trabalho coletivo, a inovação pedagógica e a qualidade das condições de exercício da docência.

No campo da saúde ocupacional, Maslach e Leiter (2016) demonstram que profissões caracterizadas por intensa interação humana apresentam maior vulnerabilidade ao adoecimento psíquico quando submetidas a elevadas demandas e reduzido suporte organizacional. No contexto educacional, esse quadro torna-se particularmente relevante diante da crescente complexidade das práticas inclusivas, que exigem do professor constante adaptação, atualização profissional e elevado envolvimento emocional.

Autores brasileiros como Libâneo (2013) e Saviani (2019) ressaltam que a qualidade da educação está diretamente relacionada às condições objetivas de trabalho oferecidas aos docentes. Assim, a valorização profissional, a formação continuada, a gestão democrática, a disponibilidade de recursos pedagógicos e o apoio multiprofissional constituem elementos indispensáveis para que a inclusão escolar ocorra de maneira efetiva e sustentável, beneficiando simultaneamente estudantes e educadores.

Diante desse contexto, este estudo parte da seguinte questão norteadora: quais desafios interferem na promoção da saúde mental dos professores que atuam em contextos de educação inclusiva e quais estratégias podem contribuir para a construção de ambientes escolares mais sustentáveis?

Com base nesse problema, o objetivo geral deste capítulo consiste em analisar a relação entre educação inclusiva e saúde mental docente, discutindo os principais desafios enfrentados pelos professores e identificando estratégias capazes de promover ambientes escolares sustentáveis, fundamentados na valorização profissional e na qualidade da educação.

Como objetivos específicos, busca-se compreender os fundamentos legais e pedagógicos da educação inclusiva; identificar os fatores associados ao adoecimento mental de docentes inseridos em contextos inclusivos; analisar a influência das condições de trabalho e da formação continuada sobre o bem-estar profissional; e discutir estratégias institucionais voltadas ao fortalecimento da saúde mental docente e da sustentabilidade das práticas inclusivas.

A relevância desta pesquisa está associada ao crescimento das discussões sobre inclusão escolar e à necessidade de ampliar o debate acerca das condições de trabalho dos professores. Embora a literatura apresente avanços importantes sobre a efetivação das políticas inclusivas, ainda são necessários estudos que integrem as dimensões pedagógica, organizacional e psicossocial, evidenciando que a promoção da inclusão deve caminhar juntamente com ações voltadas à valorização e ao cuidado dos profissionais da educação.

Do ponto de vista teórico, este capítulo fundamenta-se nas contribuições de Mantoan (2015), Libâneo (2013), Saviani (2019), Fullan (2007), Hargreaves e Fullan (2012), Maslach e Leiter (2016), além da legislação brasileira relacionada à educação inclusiva. Esses referenciais sustentam a compreensão de que ambientes escolares sustentáveis são construídos por meio da articulação entre políticas públicas, gestão democrática, formação continuada, apoio multiprofissional e iniciativas permanentes de promoção da saúde mental, assegurando que a inclusão escolar seja acompanhada de condições adequadas para o exercício da docência.

2 METODOLOGIA

2.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Este capítulo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, desenvolvida por meio de uma revisão integrativa da literatura. Essa modalidade metodológica foi escolhida por possibilitar a reunião, a análise crítica e a síntese de evidências científicas produzidas sobre a relação entre educação inclusiva, saúde mental docente e estratégias voltadas à construção de ambientes escolares sustentáveis. Além de reunir diferentes perspectivas teóricas, a revisão integrativa

permite identificar lacunas no conhecimento e compreender como os estudos vêm abordando os desafios enfrentados pelos professores no contexto das políticas inclusivas.

Conforme Gil (2022), pesquisas descritivas buscam caracterizar fenômenos e estabelecer relações entre variáveis presentes em determinada realidade, enquanto pesquisas exploratórias contribuem para ampliar a compreensão de temas complexos e ainda em processo de consolidação científica. A associação dessas abordagens mostrou-se adequada para analisar os fatores que influenciam o bem-estar docente e discutir estratégias capazes de fortalecer a inclusão escolar de forma sustentável.

No que se refere aos procedimentos técnicos, optou-se pela revisão integrativa da literatura por possibilitar a sistematização de conhecimentos produzidos em diferentes contextos, favorecendo uma análise abrangente sobre o tema investigado. Segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), esse método permite integrar resultados de estudos com diferentes delineamentos metodológicos, contribuindo para a construção de uma compreensão ampla acerca do fenômeno estudado e subsidiando futuras pesquisas e práticas profissionais.

2.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DAS INFORMAÇÕES

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados nacionais e internacionais amplamente utilizadas nas áreas da Educação e da Saúde, incluindo SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), ERIC, Portal de Periódicos CAPES, Google Scholar, Scopus e Web of Science. Também foram consultados documentos oficiais publicados pelo Ministério da Educação, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela legislação brasileira relacionada à educação inclusiva.

Para a busca das publicações, utilizaram-se descritores em português e inglês combinados por operadores booleanos (AND e OR), entre eles: *educação inclusiva*, *saúde mental docente*, *bem-estar do professor*, *ambientes escolares sustentáveis*, *inclusive education*, *teacher mental health*, *teacher well-being* e *inclusive school*.

Foram incluídos artigos científicos, livros, capítulos de livros, dissertações, teses e documentos institucionais publicados, preferencialmente, entre os anos de 2015 e 2026, disponíveis na íntegra e relacionados diretamente ao objetivo da pesquisa. Excluíram-se estudos duplicados, publicações sem fundamentação científica consistente, trabalhos que abordavam exclusivamente aspectos clínicos da educação especial e pesquisas que não estabeleciam relação entre inclusão escolar, condições de trabalho docente e saúde mental.

2.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

Após a seleção das publicações, realizou-se leitura exploratória e analítica do material, seguida da organização das informações em categorias temáticas relacionadas aos objetivos da pesquisa. As evidências identificadas foram agrupadas de acordo com os principais eixos de discussão encontrados na literatura, permitindo analisar os desafios enfrentados pelos docentes, os fatores associados ao adoecimento mental e as estratégias descritas para fortalecer ambientes escolares inclusivos e sustentáveis.

A interpretação dos dados fundamentou-se na análise temática da literatura, buscando identificar convergências, divergências e contribuições dos estudos selecionados. Como destacam Bardin (2016), a categorização temática favorece a organização sistemática das informações e possibilita interpretações consistentes sobre fenômenos complexos, mesmo quando não se realiza uma análise de conteúdo em seu sentido estrito.

2.4 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

A adoção de uma abordagem qualitativa justifica-se pela natureza multidimensional do objeto investigado, uma vez que a relação entre educação inclusiva e saúde mental docente envolve aspectos pedagógicos, institucionais, sociais e emocionais que não podem ser compreendidos apenas por indicadores quantitativos. A análise da literatura permite compreender como diferentes fatores interferem no cotidiano dos professores e de que maneira políticas educacionais, práticas de gestão e condições de trabalho influenciam a construção de ambientes escolares mais saudáveis.

Nesse contexto, os referenciais de Mantoan (2015), Libâneo (2013), Saviani (2019), Hargreaves e Fullan (2012) e Maslach e Leiter (2016) oferecem sustentação teórica para compreender que a efetividade da educação inclusiva depende da articulação entre formação continuada, valorização profissional, apoio institucional e promoção da saúde mental dos educadores.

Assim, a metodologia adotada possibilita integrar diferentes perspectivas científicas e produzir uma análise abrangente sobre os desafios e as estratégias relacionados à construção de ambientes escolares sustentáveis. Ao reunir evidências provenientes das áreas da Educação, Psicologia, Saúde Coletiva e Políticas Públicas, este estudo busca contribuir para o fortalecimento de práticas inclusivas que conciliem qualidade da educação, bem-estar docente e sustentabilidade institucional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura analisada evidencia que a efetivação da educação inclusiva depende de um conjunto de fatores que ultrapassam a garantia do acesso dos estudantes ao ensino regular. Embora a legislação brasileira tenha promovido importantes avanços na ampliação do direito à educação, diversos estudos demonstram que a permanência, a participação e o sucesso escolar estão diretamente relacionados às condições

institucionais oferecidas às escolas e aos profissionais da educação. Nesse contexto, a construção de ambientes escolares sustentáveis emerge como elemento essencial para assegurar a qualidade das práticas inclusivas e preservar a saúde mental dos docentes.

Segundo Mantoan (2015), a inclusão escolar deve ser compreendida como um processo contínuo de transformação das práticas pedagógicas, da cultura institucional e da organização da escola. Dessa forma, a responsabilidade pela inclusão não pode ser atribuída exclusivamente ao professor, mas compartilhada entre gestores, equipes pedagógicas, famílias e políticas públicas capazes de oferecer suporte permanente às instituições de ensino.

A revisão da literatura revelou que a ausência de condições adequadas para o exercício da docência permanece entre os principais obstáculos à consolidação da educação inclusiva. Sobrecarga de trabalho, limitações na formação específica, escassez de recursos didáticos e deficiência no apoio especializado figuram entre os fatores mais frequentemente associados ao sofrimento psíquico dos professores e à redução da qualidade das práticas pedagógicas.

Tabela 1 – Principais desafios para a construção de ambientes escolares sustentáveis

Desafios identificados	Impactos na prática docente
Sobrecarga de trabalho	Aumento do desgaste físico e emocional
Formação insuficiente em educação inclusiva	Insegurança na condução das práticas pedagógicas
Recursos pedagógicos limitados	Dificuldade para diversificar estratégias de ensino
Ausência de apoio multiprofissional	Acúmulo de responsabilidades pelo professor
Estruturas escolares inadequadas	Redução da efetividade das ações inclusivas
Excesso de atividades administrativas	Menor tempo para planejamento e acompanhamento dos estudantes

Fonte: Elaborado pela autora com base em Mantoan (2015), Libâneo (2013), Saviani (2019) e Maslach e Leiter (2016).

Os estudos demonstram que a intensificação das demandas profissionais favorece o desenvolvimento de estresse ocupacional, ansiedade e esgotamento emocional, sobretudo quando o professor necessita atender simultaneamente às exigências pedagógicas, administrativas e socioemocionais presentes nas salas de aula inclusivas. Maslach e Leiter (2016) ressaltam que ambientes organizacionais marcados por elevada pressão e reduzido suporte institucional apresentam maior probabilidade de desencadear processos de adoecimento relacionados ao trabalho.

Outro aspecto amplamente destacado pela literatura refere-se à importância da formação continuada para fortalecer a segurança profissional dos docentes e ampliar sua capacidade de responder às diferentes necessidades educacionais presentes no cotidiano escolar. Professores que participam regularmente de processos formativos tendem a desenvolver maior autonomia para realizar adaptações curriculares, utilizar metodologias diversificadas e construir práticas colaborativas.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SAÚDE MENTAL DOCENTE: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DE AMBIENTES ESCOLARES SUSTENTÁVEIS

Tabela 2 – Contribuições da formação continuada para ambientes escolares sustentáveis

Dimensões fortalecidas	Benefícios observados
Atualização dos conhecimentos	Maior domínio das práticas inclusivas
Planejamento pedagógico	Organização de estratégias mais diversificadas
Trabalho colaborativo	Integração entre professores e equipes de apoio
Desenvolvimento profissional	Aumento da confiança e da autonomia docente
Inovação metodológica	Ampliação das oportunidades de aprendizagem
Bem-estar profissional	Redução da insegurança e do estresse ocupacional

Fonte: Elaborado pela autora com base em Libâneo (2013), Saviani (2019), Nóvoa (2022) e Mantoan (2015).

Além da formação docente, os estudos analisados apontam que a sustentabilidade dos processos inclusivos depende da atuação articulada entre diferentes profissionais e da implementação de políticas institucionais voltadas ao cuidado com os educadores. A presença de psicólogos escolares, psicopedagogos, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), assistentes sociais e equipes gestoras comprometidas favorece tanto o acompanhamento dos estudantes quanto a redução da sobrecarga atribuída aos professores.

Nesse cenário, ambientes escolares sustentáveis caracterizam-se por promover relações colaborativas, participação coletiva nas decisões pedagógicas, valorização profissional e investimentos permanentes em infraestrutura, recursos educacionais e apoio psicossocial. Hargreaves e Fullan (2012) destacam que reformas educacionais produzem resultados duradouros apenas quando conciliam inovação pedagógica, desenvolvimento profissional e fortalecimento das condições de trabalho.

Tabela 3 – Estratégias para promover ambientes escolares sustentáveis e fortalecer a saúde mental docente

Estratégias institucionais	Resultados esperados
Formação continuada permanente	Qualificação das práticas inclusivas
Apoio multiprofissional	Compartilhamento das responsabilidades pedagógicas
Programas de promoção da saúde mental	Prevenção do estresse e do Burnout
Gestão escolar participativa	Fortalecimento da cultura colaborativa
Investimentos em infraestrutura e recursos	Melhoria das condições de ensino
Políticas de valorização docente	Maior satisfação profissional e permanência na carreira

Fonte: Elaborado pela autora com base em Fullan (2007), Hargreaves e Fullan (2012), Libâneo (2013), Nóvoa (2022) e UNESCO (2020).

A análise integrada das evidências permite compreender que a saúde mental docente e a educação inclusiva são dimensões complementares e interdependentes. A consolidação de práticas inclusivas não depende apenas de dispositivos legais, mas da criação de condições institucionais que assegurem suporte pedagógico, valorização profissional e cuidado com os educadores. Nesse sentido, investir em ambientes escolares sustentáveis representa uma estratégia capaz de promover simultaneamente a qualidade da educação, o bem-estar dos professores e a efetivação do direito à aprendizagem de todos os estudantes.

4 CONCLUSÃO

O presente capítulo teve como objetivo analisar a relação entre educação inclusiva e saúde mental docente, buscando compreender os desafios enfrentados pelos professores na implementação das práticas inclusivas e discutir estratégias capazes de promover ambientes escolares sustentáveis. A análise da literatura permitiu constatar que a inclusão escolar representa um importante avanço na garantia do direito à educação, porém sua efetivação exige mais do que dispositivos legais, demandando condições institucionais que favoreçam tanto a aprendizagem dos estudantes quanto o bem-estar dos profissionais da educação.

Os estudos revisados evidenciaram que fatores como sobrecarga de trabalho, insuficiência de formação continuada, escassez de recursos pedagógicos, limitações estruturais e ausência de apoio multiprofissional comprometem o desempenho profissional e aumentam a vulnerabilidade dos docentes ao estresse ocupacional, à ansiedade e ao esgotamento emocional. Em contrapartida, escolas que investem na valorização docente, na gestão participativa, na formação permanente e no fortalecimento do trabalho colaborativo apresentam melhores condições para desenvolver práticas inclusivas consistentes e duradouras.

A pesquisa também demonstrou que a construção de ambientes escolares sustentáveis depende da articulação entre políticas públicas, gestão educacional e ações institucionais voltadas ao cuidado com os professores. A promoção da saúde mental docente deve ser compreendida como parte integrante da qualidade da educação, uma vez que profissionais valorizados, apoiados e emocionalmente saudáveis apresentam maior capacidade de desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, estabelecer relações educativas mais significativas e responder de forma qualificada às diferentes necessidades dos estudantes.

Além de reunir evidências científicas atualizadas, este estudo contribui para ampliar a compreensão de que inclusão escolar e valorização docente são processos complementares e indissociáveis. Dessa forma, gestores, formuladores de políticas públicas e instituições de ensino podem utilizar as reflexões apresentadas para orientar ações que fortaleçam a formação continuada, ampliem o suporte multiprofissional, qualifiquem as condições de trabalho e promovam uma cultura escolar pautada na cooperação, no respeito à diversidade e na sustentabilidade das práticas educativas.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras desenvolvam estudos empíricos em diferentes contextos educacionais, investigando os efeitos de programas institucionais voltados à promoção da saúde mental dos professores e avaliando o impacto de estratégias de apoio à docência na consolidação da educação inclusiva. O aprofundamento dessas investigações poderá subsidiar a formulação de políticas educacionais mais efetivas, capazes de assegurar ambientes escolares sustentáveis, inclusivos e comprometidos com a aprendizagem, a valorização profissional e a qualidade social da educação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

FULLAN, Michael. **The new meaning of educational change**. 4. ed. New York: Teachers College Press, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

HARGREAVES, Andy; FULLAN, Michael. **Professional capital: transforming teaching in every school**. New York: Teachers College Press, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MASLACH, Christina; LEITER, Michael P. Burnout: a multidimensional perspective. In: COOPER, Cary L.; QUICK, James C. (org.). **The handbook of stress and health**. Chichester: Wiley Blackwell, 2016. p. 351-357.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 44. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein** (São Paulo), São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.